

PARATY ENERGIA LTDA.

Relatórios do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2021

PARATY ENERGIA LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
Paraty Energia Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Paraty Energia Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paraty Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação em 05 de março de 2021.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das sociedades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned over the text of the auditor's name and registration number.

PARATY ENERGIA LTDA.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.844	14.699	10.131	14.699	Fornecedores	7	17.064	17.100	17.064	17.100
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	18.161	17.377	18.263	17.377	Obrigações tributárias	8	110	64	123	64
Outros créditos	-	367	32	367	32	Obrigações trabalhistas	-	3	-	3	-
Valor justo dos contratos de energia	16	47.216	19.675	47.216	19.675	Valor justo dos contratos de energia	16	44.052	19.714	44.052	19.714
Tributos a recuperar	-	731	122	732	122	Outros passivos	-	32	14	31	14
Total circulante		<u>76.319</u>	<u>51.905</u>	<u>76.708</u>	<u>51.905</u>	Tributos diferidos	-	-	361	-	361
						Total circulante		<u>61.262</u>	<u>37.252</u>	<u>61.274</u>	<u>37.252</u>
Não circulante						Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	16	9.271	-	9.271	-	Tributo diferido	15.b	1.003	-	1.003	-
Investimento	6	365	-	-	-	Valor justo dos contratos de energia	16	8.778	-	8.778	-
Imobilizado	-	151	147	151	147	Total não circulante		<u>9.781</u>	<u>-</u>	<u>9.781</u>	<u>-</u>
Intangível	-	75	-	75	-						
Outros Créditos	-	-	75	-	75	Patrimônio líquido	10				
Total não circulante		<u>9.863</u>	<u>222</u>	<u>9.497</u>	<u>222</u>	Capital social	-	14.500	14.480	14.500	14.480
						Reserva de lucros	-	640	395	640	395
						Total do patrimônio líquido		<u>15.140</u>	<u>14.875</u>	<u>15.140</u>	<u>14.875</u>
						Participação dos não controladores				10	
Total do ativo		<u><u>86.182</u></u>	<u><u>52.127</u></u>	<u><u>86.206</u></u>	<u><u>52.127</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>86.182</u></u>	<u><u>52.127</u></u>	<u><u>86.206</u></u>	<u><u>52.127</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

PARATY ENERGIA LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional	11	353.308	38.461	353.709	38.461
Custo de energia comprada	12	(353.890)	(36.695)	(353.890)	(36.695)
Resultado do valor justo de contratos de energia	16	3.691	(35)	3.691	(35)
Lucro bruto		3.109	1.731	3.509	1.731
Receitas/(despesas) operacionais					
Gerais, comerciais e administrativas	13	(3.064)	(1.126)	(3.064)	(1.126)
Resultado de equivalência	6	365	-	-	-
Resultado financeiro, líquido	14	560	112	566	112
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		970	717	1.012	717
IR e Csll corrente	15	(6)	(14)	(39)	(14)
IR e Csll diferido	15	(719)	(283)	(719)	(283)
Lucro líquido do exercício		244	420	254	420
Lucro atribuído aos controladores				244	
Lucro atribuído aos não controladores				10	
				254	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

PARATY ENERGIA LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	244	420	254	420
Total do resultado abrangente do exercício	<u>244</u>	<u>420</u>	<u>254</u>	<u>420</u>
Lucro atribuído aos controladores			244	
Lucro atribuído aos não controladores			10	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

PARATY ENERGIA LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social					Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito	(-) Capital à integralizar	Capital realizado	Reserva de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	15.000	(14.970)	30	-	(24)	6	-	6
Subscrição de capital	1.000	(1.000)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		14.450	14.450	-	-	14.450	-	14.450
Lucro do exercício	-	-	-	-	420	420	-	420
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.000	(1.520)	14.480	-	396	14.875	-	14.876
Integralização de capital	-	20	20	-	-	20	-	20
Lucro do exercício	-	-	-	-	244	244	10	254
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.000	(1.500)	14.500	-	640	15.140	10	15.150

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

PARATY ENERGIA LTDA.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	244	420	254	420
Ajustes que não afetam o caixa				
Resultado de contratos futuros	(3.691)	38	(3.691)	38
IR e CsII diferido	719	283	719	283
Pis/Cofins diferido	(77)	77	(77)	77
Equivalência patrimonial	(365)	-	-	-
	(3.169)	818	(2.794)	818
Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(784)	(17.377)	(886)	(17.377)
Impostos a recuperar	(609)	(122)	(610)	(122)
Outros créditos	(260)	(107)	(260)	(107)
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	(36)	17.100	(36)	17.100
Salários e encargos sociais	3	-	3	-
Obrigações tributárias	46	64	59	64
Outros créditos	14	14	15	14
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	(4.795)	390	(4.509)	390
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	147	-	(147)
Aquisição de imobilizado e intangível	(80)	-	(80)	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(80)	147	(80)	(147)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	20	14.450	20	14.450
Caixa gerado/(aplicado) das atividades de financiamento	20	14.450	20	14.450
Acrécimo/(decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.855)	14.693	(4.569)	14.693
No início do exercício	14.699	6	14.699	6
No final do exercício	9.844	14.699	10.131	14.699
Acrécimo/(decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.855)	14.693	(4.568)	14.693

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A Paraty Energia Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 02 de agosto de 2018 com sede na cidade de São Paulo, SP. A Empresa alterou a sua razão social de Voltz Comercializadora de Energia Ltda. para Paraty Energia Ltda. por meio de alteração de seu contrato social celebrada em 14 de setembro de 2020. A Empresa iniciou suas atividades operacionais no fim do primeiro trimestre de 2020.

A Empresa tem por objeto:

- A comercialização de energia, no âmbito do sistema integrado nacional (“SIN”), como agente autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), de 02 de agosto de 2018, organizada e regida nos termos do presente contrato social e das demais disposições aplicáveis;
- Prestação de serviços de assessoria, consultoria, gestão estratégica de energia para consumidores e geradores; e
- Desenvolvimento e gestão de projetos de geração de energia elétrica.

As demonstrações contábeis consolidadas (“Consolidado”) e individuais (“Controladora”) da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, abrangem a Empresa e sua controlada. A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controlada Paraty Soluções em Energia Ltda. que está registrada no seu balanço contábil no grupo de Investimentos.

A Paraty Soluções em Energia Ltda é uma sociedade empresarial limitada, tendo iniciada suas operações em outubro de 2020, tendo por objeto a prestação de serviços de assessoria, consultoria, intermediação, orientação e assistência operacional para a gestão do negócio prestados a empresas e a outras organizações, em matéria de planejamento e organização;

A execução dos serviços de assessoria, consultoria, gestão estratégica de energia para consumidores e geradores, é realizada essencialmente por meio da Paraty Soluções em Energia Ltda., da qual a Empresa é detentora direta de 97,3% das cotas.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 22 de abril de 2022. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 9 - Provisão para contingência;
- Nota nº 16 - Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros.

e) Base de consolidação das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações da controlada encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. Devido à irrelevância dos montantes referentes à participação dos acionistas não controladores, os respectivos valores não se encontram destacados nas demonstrações contábeis consolidadas. A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Sociedade e das seguintes controladas diretas:

	Capital Social (R\$)	Participação %	
		2021	2020
Paraty Soluções em Energia Ltda	1.000	97,30	0,00

A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com as Sociedades investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) custo amortizado (CA); (II) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (III) valor justo por meio do resultado ("VJR").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

- c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (I) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (II) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (III) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (IV) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

- d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (I) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (II) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

Passivos financeiros

- a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo reconhecida a diferença nos correspondentes valores contábeis na demonstração do resultado.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento ou disponibilidade para liquidez imediata seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias.

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.4. Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

3.5. Instrumentos financeiros (contratos futuros)

A Empresa tem atualmente um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que compreende posições forward. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (I) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (II) margem de risco no fornecimento e (III) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos.

3.7. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro trimestral excedente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.10. Reconhecimento de receita e custo de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Empresa é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos conta movimento	6	5	13	5
Aplicações financeiras	9.838	14.694	10.118	14.694
	<u>9.844</u>	<u>14.699</u>	<u>10.131</u>	<u>14.699</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras referem-se a operações com fundos de investimento de perfil conservador que aplicam em títulos públicos e/ou títulos de crédito privado, com remunerações que variam de acordo com a rentabilidade do CDI e liquidez diária, e títulos de emissão bancária (CDB) de instituições financeiras de primeira linha, com remunerações atreladas ao CDI.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Faturadas	2.438	-	2.540	-
Não faturadas	15.723	17.377	15.723	17.377
	<u>18.161</u>	<u>17.377</u>	<u>18.263</u>	<u>17.377</u>

(1) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e recebido no mês subsequente.

6. Investimentos

a) Composição

	2021	2020
Paraty Soluções em Energia Ltda.	365	-
	<u>365</u>	<u>-</u>

b) Movimentação

	2020	Aporte	Resultado de equivalência patrimonial	2021
Paraty Soluções em Energia Ltda.	-	1	365	365

7. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento de energia	634	595	634	595
Não faturadas	16.430	16.505	16.430	16.505
	<u>17.064</u>	<u>17.100</u>	<u>17.064</u>	<u>17.100</u>

O saldo de "provisão por competência" é composto por compra de energia de contratos de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e liquidado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.

8. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recolher	108	1	108	1
Pis a recolher	-	9	-	9
Cofins a recolher	-	43	2	43
IRPJ a recolher	-	4	4	4
CSLL a recolher	-	2	3	2
Outros a recolher	2	4	6	4
	<u>110</u>	<u>64</u>	<u>123</u>	<u>64</u>

9. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Empresa não possuía processos contingentes que necessitem ser provisionados e/ou divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito da Empresa é de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), divididos em 16.000.000 (dezesesseis milhões) de cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, dos quais R\$ 14.500.000,00 (catorze milhões, quinhentos mil reais) foram integralizados pelos sócios até 31 de dezembro de 2021.

O capital social subscrito da Empresa está dividido entre os sócios da seguinte forma:

	<u>Quotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Percentual</u>
Pedro Villas Boas Pileggi	8.000.000	8.000.000	50,00%
Julião Silveira Coelho	3.600.000	3.600.000	22,50%
Andre Maiani Ogliara	3.600.000	3.600.000	22,50%
Eduardo Mujica Pedrosa	282.000	282.000	1,76%
Paulo Félix Gabardo	236.000	236.000	1,48%
Hálisson Rodrigues Ferreira Costa	141.000	141.000	0,88%
Hermano Dumont Veronese	141.000	141.000	0,88%
	<u>16.000.000</u>	<u>16.000.000</u>	<u>100,00%</u>

11. Receita operacional líquida

	<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Receita revenda de energia elétrica	393.652	42.385	393.652	42.385
Receita de prestação de serviços	-	-	444	-
Impostos incidentes sobre vendas	(40.343)	(3.925)	(40.386)	(3.925)
	<u>353.308</u>	<u>38.461</u>	<u>353.709</u>	<u>38.461</u>

12. Custo de energia comprada

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Compra de energia elétrica	(353.890)	(36.695)	(353.890)	(36.695)
	<u>(353.890)</u>	<u>(36.695)</u>	<u>(353.890)</u>	<u>(36.695)</u>

13. Despesas gerais, comerciais e administrativas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal e Administradores	(105)	(5)	(105)	(5)
Serviços de terceiros	(2.765)	(829)	(2.765)	(829)
Aluguel de escritório	(83)	(171)	(83)	(171)
Outros	(111)	(121)	(111)	(121)
	<u>(3.064)</u>	<u>(1.126)</u>	<u>(3.064)</u>	<u>(1.126)</u>

14. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(5)	(1)	(6)	(1)
Outras despesas financeiras	(18)	-	(20)	-
	<u>(23)</u>	<u>(1)</u>	<u>(26)</u>	<u>(1)</u>
Receitas financeiras				
juros ativos	125	-	126	-
Rendimentos de aplicações financeiras	459	114	467	114
Cofins sobre receitas financeiras	(1)	(1)	(1)	(1)
Pis sobre receitas financeiras	(0)	-	(0)	-
	<u>583</u>	<u>113</u>	<u>592</u>	<u>113</u>
	<u>560</u>	<u>112</u>	<u>566</u>	<u>112</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31 de dezembro de 2021 foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral que exceder a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

	2021	2020
Resultado do exercício antes do IR e CSLL	970	717
Adições - Provisão de venda e compra de energia	41.925	14.978
Adições - outros	12	15
Adições - contratos futuros	(3.691)	128
Exclusões - Provisão de venda e compra de energia	(40.426)	(15.770)
Exclusões - outros	(400)	-
Prejuízo fiscal exercício	1.648	-
Base de cálculo	<u>38</u>	<u>69</u>
Compensação 30%	(11)	(12)
Base tributável	<u>26</u>	<u>57</u>
Imposto de Renda - 15%	(4)	(9)
Adicional do imposto de renda - 10%	-	-
Contribuição social - 9%	(2)	(5)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	<u>(6)</u>	<u>(14)</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado de instrumentos financeiros	3.656	(38)
Provisão de venda de energia	15.723	17.377
Provisão de compra de energia	<u>(16.430)</u>	<u>(16.505)</u>
Base tributável	2.949	834
Imposto de renda - 15%	(442)	(125)
Adicional do imposto de renda - 10%	(295)	(83)
Contribuição social - 9%	<u>(265)</u>	<u>(75)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u><u>(1.003)</u></u>	<u><u>(283)</u></u>

16. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos:

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Risco de crédito

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise criteriosa das capacidades financeiras, técnicas e comerciais de cada uma de suas contrapartes considerando, entre outros fatores, a situação financeira, experiência e reputação dos sócios e diretores e alavancagem financeira e operacional. A exposição a riscos de crédito é acompanhada de forma recorrente pela diretoria da Empresa.

b) Valor justo dos contratos de energia

Como descrito na nota explicativa nº 3.5, a Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de Pis/Cofins de R\$ 3.691 foi reconhecida na rubrica "Resultado do valor justo dos contratos de energia".

Instrumentos Financeiros (Contratos futuros)		
	2021	2020
Ganho temporário - circulante	47.216	17.855
Ganho temporário - não circulante	9.271	-
	<u>56.487</u>	<u>17.855</u>
Perda temporária - circulante	(44.052)	(17.890)
Perda temporária - não circulante	(8.778)	-
	<u>(52.831)</u>	<u>(17.890)</u>
Resultado líquido	<u>3.656</u>	<u>(35)</u>

Exposição energética (MWh - Volume de Energia)			
Ano	Vendas	Compras	Exposição
Até Dez.2022	222.065	210.538	(11.527)
Após 2023	30.403	26.280	(4.123)
Long/(Short)	<u>252.467</u>	<u>236.818</u>	<u>(15.650)</u>

c) Instrumentos financeiros por categoria de valor de mercado e contábil

O CPC 40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros em sua posição patrimonial e financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	56.487	19.675	56.487	19.675
	<u>56.487</u>	<u>19.675</u>	<u>56.487</u>	<u>19.675</u>
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	9.844	14.699	10.131	14.699
Consumidores, concessionárias e permissionárias	18.161	17.377	18.263	17.377
	<u>28.005</u>	<u>32.076</u>	<u>28.393</u>	<u>32.076</u>
Passivo				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	(52.831)	(19.714)	(52.831)	(19.714)
	<u>(52.831)</u>	<u>(19.714)</u>	<u>(52.831)</u>	<u>(19.714)</u>
Custo amortizado				
Fornecedores	(17.064)	(17.100)	(17.064)	(17.100)
	<u>(17.064)</u>	<u>(17.100)</u>	<u>(17.064)</u>	<u>(17.100)</u>